

Alves conserva supercontas

O deputado João Alves (PPR-BA), um dos principais acusados de envolvimento no escândalo do Orçamento, tem 3,5 milhões de dólares aplicados no Banco Cidade e na Caixa Econômica Federal. A informação foi dada ontem à Subcomissão de Bancos da CPI pelos gerentes das agências nas quais Alves tem contas em Brasília, Roberto Cardoso e Ricardo Cadar. A subcomissão já sabe que o deputado chegou a ter 50 milhões de dólares de saldo bancário e agora vai enviar esses à Receita Federal, para averiguar se o parlamentar declarou o montante.

Os gerentes disseram não ter maiores conhecimentos sobre as operações de João Alves, ex-presidente da Comissão de Orçamento e acusado pelo economista José Carlos Alves dos Santos como o principal articulador das falcaturas do Orçamento. Segundo o depoimento, as contas de Alves eram acompanhadas por outros dois ex-gerentes dos bancos, Marcos Vinícius de Oliveira e Luiz Gonzaga Cardoso. A subcomissão vai tentar localizar os dois e convocá-los a depor.

"Sabemos que as contas de João Alves acompanhavam os gerentes para os bancos onde eles estivessem trabalhando", contou o deputado Aloízio Mercadante (PT-SP). Marcos Vinícius, segundo Mercadante, trabalhou no Banco Holandês e no Banco Cidade. Luiz Cardoso, no Banco Cidade e no Sudameris. Eles sempre gerenciaram as contas de Alves.

Débitos — Hoje Alves tem 2,5 milhões de dólares aplicados no Banco Cidade e mais 1 milhão de dólares na CEF. Mas a CPI já sabe que o deputado movimentou muito mais dinheiro. Uma das contas de Alves chegou a ter saldo de 50 milhões de dólares. Os deputados da CPI apuraram que na época houve sete débitos nesta

conta. Os débitos foram feitos no mesmo dia e tinham o mesmo valor, revelou o coordenador da Subcomissão de Bancos, deputado Benito Gama (PFL-BA). Há suspeita de que foram pagamentos para integrantes do esquema de corrupção. À tarde o presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho, visitou as subcomissões.

A Subcomissões de Bancos passou quase toda a tarde reunida analisando cerca de 20 volumes de documentos requisitados das instituições financeiras, após a quebra do sigilo bancário dos deputados e senadores. O objetivo era separar as informações, fazendo planilhas, de cada conta dos deputados, um a um, nas várias agências bancárias. "Sem isso será impossível prosseguir nas investigações", informou o deputado José Dirceu (PT-SP). A subcomissão pretendia transferir suas atividades para o Prodasen, a fim de processar os dados recolhidos. Os deputados e senadores querem cruzar as informações e obter subsídios para os próximos depoimentos, adiados em uma semana para permitir estudos mais profundos. Com isso, a CPI espera evitar frustrações como a do depoimento do deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), quando o despreparo de muitos deputados facilitou a defesa do depoente.

Crianças — As crianças carentes de Bom Jesus de Itabapoana, norte-fluminense (RJ), não seriam carentes se recebessem as verbas liberadas em seus nomes pela Comissão de Orçamento do Congresso. Apenas em 1992 a Sociedade de Proteção à Infância e à Maternidade de Bom Jesus de Itabapoana recebeu do então ministro da Ação Social, Ricardo Fiúza, cerca de 16 mil dólares para cada uma das 30 crianças cadastradas pela entidade e que nunca foram vistas no local. Foram 475 mil dólares, a fundo perdido.